



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0530/16	DATA: 01/06/2016	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 14h56min	TÉRMINO: 15h12min	PÁGINAS: 6

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Deliberação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das atas da 29ª e da 30ª reunião e, sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Solicitamos, Sr. Presidente, a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Dispensada a leitura por solicitação do Deputado Luis Carlos Heinze.

As atas estão em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, estão em votação.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas da 29ª e da 30ª reunião.

Expediente. Esta Presidência informa o recebimento... *(Pausa.)*

Ordem do Dia.

Deliberação de requerimentos constantes da pauta.

Sobre a mesa requerimento de votação em globo.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Solicitamos a votação em globo dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Há concordância com a solicitação? *(Pausa.)*

Está em discussão a votação em globo dos requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passemos agora à deliberação dos requerimentos.

1) Requerimento nº 54, de 2015, da Sra. Deputada Erika Kokay, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite ao Sr. Yanes da Silva Ribeiro,



Presidente da Associação Quilombola do Pacoval, do Estado do Pará, para participar de audiência pública a fim de tratar dos conflitos na Região do Pacoval.

2) Requerimento nº 162, da Sra. Deputada Shéridan (RCP16/2015), que requer que seja convocado o antropólogo Dr. Paulo Santilli.

3) Requerimento nº 163, da Sra. Deputada Shéridan, que requer que seja convocada a antropóloga Dra. Maria Guiomar de Melo.

4) Requerimento nº 250, do Deputado Nilson Leitão, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Exmo. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal para prestar informações nos termos que especifica.

5) Requerimento nº 251, de autoria do Deputado Nilson Leitão, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição à Justiça Federal, subseção judiciária de Redenção, no Pará, em nome do Sr. Omar Bellotti Ferreira, de informações e documentos relativos a ações do Judiciário Federal no que diz respeito a questões indígenas e agrárias da região.

6) Requerimento nº 252, de autoria do Deputado Nilson Leitão, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido de formulação de requisição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA de informações e documentos relativos aos presentes assentamentos de reforma agrária em São Félix do Xingu.

7) Requerimento nº 253, de autoria do Deputado Nilson Leitão, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido de formulação de requisição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA dos autos que menciona.

8) Requerimento nº 254, de autoria do Deputado Nilson Leitão, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de intimação do Sr. Jerson Cesar Leão Alves e do Sr. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves para prestarem testemunho à Comissão Parlamentar de Inquérito.

9) Requerimento nº 255, de autoria do Deputado Nilson Leitão, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de



Inquérito o pedido ora formulado de requisição à Delegacia de Polícia Federal de Redenção, em nome da Sra. Graziella Fernandes Balestra, de informações e documentos relativos a ações policiais da Polícia Federal no que diz respeito a questões indígenas e agrárias da região.

10) Requerimento nº 256, de autoria do Deputado Nilson Leitão, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição à Fundação Nacional do Índio de informações e documentos relativos à Terra Indígena Apyterewa.

11) Requerimento nº 257, de autoria do Deputado Nilson Leitão, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Ministério Público Federal de Redenção, em nome da Sra. Luisa Astarita Sangoi, de informações e documentos relativos a ações da Procuradoria no que diz respeito a questões indígenas e agrárias da região.

12) Requerimento nº 258, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Exmo. Coordenador-Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal, de instauração de inquérito policial nos termos que especifica.

Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se ao encaminhamento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhar, está em votação.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados todos os requerimentos em globo pelo Plenário.

Srs. Parlamentares, aprovados os requerimentos, eu queria apenas narrar um ato lamentável que aconteceu em Porto Alegre, onde tínhamos uma audiência pública marcada. A audiência pública tinha o sentido de esclarecer a investigação que fizemos *in loco* quando da diligência naquele Estado e de mostrar todo o andamento da CPI, com base mais apropriada, para os fatos do Rio Grande do Sul. Estavam presentes os Deputados Federais Covatti Filho, Luis Carlos Heinze, este que vos fala e Dionilso Marcon. Pessoas que se deslocaram de distâncias longas —



de 600 a 700 quilômetros — foram à Assembleia Legislativa, ao ambiente do auditório Dante Barone.

Nós esperamos para começar a reunião, esperamos algumas autoridades que estavam para chegar. Alguns minutos antes disso, o palco onde ia acontecer a audiência foi, de maneira animalésca, tombado pelos participantes e, dali para frente, a desordem foi completa, não permitindo, em hipótese nenhuma, a realização da audiência pública com segurança. Foi um ato que não é normal em uma população civilizada.

A audiência pública ia, com clareza, dar oportunidade aos dois lados, todos poderiam se manifestar livremente, não haveria problema nenhum. Estavam os dois lados já em plenário, e a audiência foi completamente obstruída. Inclusive, por sugestão da organização interna daquela Casa, como nós não conseguimos fazer a audiência no Dante Barone, resolvemos, então, fazê-la no plenarinho da Assembleia. Mas também não foi possível fazer a reunião naquele plenário, porque um Deputado Estadual, na hora em que nós estávamos discutindo para fazer a reunião no plenário, chegou com a roupa completamente rasgada pelos manifestantes, que o agrediram. Em face disso, não foi possível fazer a audiência pública no Rio Grande do Sul. Isso não causa, na verdade, nenhum prejuízo do ponto de vista da investigação e do inquérito desta Comissão, já que os dados e fatos de todos os acontecidos estão completamente identificados.

Sabemos hoje quem são as pessoas que protagonizaram todo esse processo de absoluta irresponsabilidade e obstruíram uma questão de justiça da Comissão Parlamentar de Inquérito. Iremos agir na forma da lei. Vamos pedir, então, a investigação da Polícia Federal nominalmente, um por um dos identificados, independente do cargo que ocupam — inclusive, de Parlamentares. Esperamos que fatos como esse não se repitam, porque isso não ajuda em nada na apuração dos fatos.

Essa é uma narrativa que eu queria fazer aos Srs. Parlamentares que não estiveram presentes. Nós não conseguimos realizar a audiência, estando tudo montado. Toda aquela população que saiu das suas casas na madrugada teve que voltar. Tivemos que fazer uma reunião em outro local, para podermos conversar com parte do público — parte dele já tinha ido embora —, porque as pessoas foram



impedidas de se reunir e fazer o debate, em virtude da baderna comandada por Parlamentares que estavam presentes.

Deputado Luis Carlos Heinze, a palavra está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, apenas corroborando o relato do Deputado Alceu Moreira, digo que nós presenciamos esse incidente lamentável lá no Rio Grande do Sul, na nossa terra, e acabamos não podendo proceder à instalação da CPI para fazer oitivas.

Estavam lá produtores, Prefeito, Vice-Prefeito, lideranças dos produtores, movimento indigenista, movimento quilombola, movimento dos sem-terra, sei lá. Todo mundo que estava presente teria oportunidade, conforme disse o Deputado Alceu Moreira, de se manifestar a favor ou contra. Afinal, seria o momento de se esclarecer e, inclusive, de se tirar dúvidas sobre a questão dos movimentos. Mas houve essa atitude animalésca que foi transmitida aqui, com essas imagens que apresentamos aos colegas Parlamentares. Nós apenas lamentamos essas atitudes.

Deputado Colatto, nosso Sub-Relator, esse requerimento que eu aprovei agora de tarde, aqui na Casa, é para dar andamento a esse processo. Ele é extremamente importante. Imaginem se, em cada lugar a que fomos, fizerem baderna! Essas coisas não podem acontecer nesta Casa ou em qualquer Estado da Federação — no Estado de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul ou do Mato Grosso, da Deputada Tereza Cristina, ou outro qualquer. Então, atitudes como essa têm que ser coibidas, e alguém tem que ser responsabilizado. Chega de dizer: *“Ah! Ninguém é culpado”*. Alguém foi culpado por aquele ato de vandalismo. Não havia segurança suficiente naquela Casa. A própria Brigada Militar disse que não havia ordem ou condições de adentrar a Assembleia Legislativa para dar segurança aos Parlamentares.

Enquanto o Deputado Elton Weber se deslocava, tentávamos conseguir outra sala para prosseguir com o andamento da audiência. Aí, o pessoal já não queria, porque tinha que haver telão, não queria fazer sem o telão. Foi complicada a situação. O Deputado Elton saiu de um elevador e foi brutalmente atingido, teve o seu terno, o seu casaco rasgado quando passou no meio das pessoas. Vejam o tipo de atitude! Não sabiam se ele estava a favor, se ele estava contra. Simplesmente, passava no meio daquele pessoal para chegar ao segundo plenário, onde nós



tentávamos fazer a audiência. Infelizmente, também ali também não foi possível. Mas alguém tem que ser responsabilizado.

Então a atitude que a Presidente da Comissão tomou naquele momento é correta. Nós queremos apurar essas questões, para que não se faça isso em qualquer lugar e se fique impune com aquilo que acontecer. Impediram que a CPI tomasse as providências necessária e ouvisse as pessoas, porque ali seria uma oportunidade de falarem a favor ou contra. Todo mundo poderia se manifestar.

Então, quero só lamentar essa atitude que aconteceu lá no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião.